

Maria Filomena Mónica

# A MINHA EUROPA

Fotografias de  
António Barreto

a esfera  dos livros

# ÍNDICE

PREFÁCIO . . . . .	9
I – O MEU PAÍS, PORTUGAL . . . . .	13
II – O RENASCIMENTO, FLORENÇA . . . . .	39
III – A LIBERDADE, O REINO UNIDO . . . . .	89
IV – A REVOLUÇÃO, A FRANÇA . . . . .	160
V – A BUROCRACIA, A ALEMANHA . . . . .	199
VI – AS MARGENS, SÃO PETERSBURGO . . . . .	233
VII – OS OUTROS, OS CHINESES DE PRATO . . . . .	258
VIII – O SEPARATISMO, BARCELONA . . . . .	271
IX – A UNIÃO EUROPEIA, BRUXELAS . . . . .	295
EPÍLOGO . . . . .	340

## PREFÁCIO

**E**sta obra não é um guia de viagens, uma enciclopédia ou um tratado, mas um livro sobre a forma como eu e, antes de mim, alguns intelectuais do século XIX vimos a integração do nosso país na Europa: como, perdido o Brasil em 1822, e sem ter sido feita a colonização de África, Portugal balançou entre as potências europeias; como, teria eu três ou quatro anos, vi a *Soberania*, uma estátua de Leopoldo de Almeida, arruinando-se alegremente para os lados de Belém; como fui descobrindo a Europa em Londres, Oxford, Edimburgo, Paris, Barcelona, Madrid, Roma, Florença e Berlim.

Não se procure aqui a pompa académica de que há anos me afastei: o que pretendi foi descrever de maneira acessível a forma como senti – e esta é a palavra certa – as paisagens por onde passei e as cidades onde vivi. Sendo este o objectivo, não admira que o livro inclua passagens sobre a minha vida, a história de algumas cidades e de alguns países e até uma reportagem sobre uma visita ao coração da União Europeia.

Desde o início que me apercebi de que teria de deixar de fora locais que me haviam marcado, sobretudo os ligados à Antiguidade Clássica (alguns deles situados na Turquia, ou seja, fora da Europa tal como oficialmente definida). Mas, se queria, e queria, que a obra fosse lida, sabia que devia ter uma dimensão razoável.

Em vez de abordar certos temas em capítulos autónomos, preferi falar, aqui e ali, dos monumentos que nos foram legados por Atenas e por Roma, das formas que o Cristianismo assumiu, desde o Latino Romano da Europa do Sul, aos Iconoclastas de Istambul e aos Ortodoxos de Moscovo, não deixando de abordar a grande divisão provocada na Europa pela Reforma.

Tenho pena de não ter podido falar mais extensamente de certos locais e de certos momentos: de uma tarde de Outono deitada num muro do Partenon, da primeira vez que entrei em St Antony's College em Oxford, do Teatro La Fenice em Veneza, da Biblioteca de Celso em Éfeso, mas para que o livro ficasse proporcionado havia coisas que teria de não incluir. Custou-me, mas julgo ter conseguido esse equilíbrio.

O livro aborda os momentos de viragem nos locais onde tiveram lugar: a Renascença na Toscânia, o amor da liberdade no Reino Unido, a tradição revolucionária em França, a importância da burocracia na Alemanha, a reacção dos países atrasados quando confrontados com os desenvolvidos em São Petersburgo, a ressurreição do separatismo na Catalunha e a emergência da União Europeia.

Agradeço ao António Barreto, que leu o primeiro rascunho, me emprestou as suas fotografias e comigo fez quase todas as viagens de que aqui se fala. Agradeço aos amigos e aos colegas que leram o manuscrito, que corrigiram os meus erros e que me fizeram sugestões: Rui Ramos, Fátima Bonifácio, Jorge Almeida Fernandes e António Araújo. Agradeço à Ângela Camila Castelo-Branco a sua competência e a sua dedicação: apesar de, a meio da edição das fotografias, ter partido um braço, persistiu em ajudar-me até ao fim. Agradeço à minha irmã Isabel o seu inabalável optimismo, um consolo em tempos duros. Agradeço ao Francisco Camacho e ao Vasco Grácio, que contribuíram para que este livro ficasse melhor. Agradeço a todos aqueles que comigo viajaram ou que comigo viveram em cidades estrangeiras. Agradeço a amizade

do Paulo Silveira e Sousa e do António Ramalho, da Alice e do Hellmut Wohl, da Mónica Leal da Silva e do Liam Brockey, da Teresa Schmidt e do António-Pedro Vasconcelos, da Fátima Patriarca e do Jorge Almeida Fernandes, da Maria José Vaz Pinto e da Bárbara Miguel, da María Jesús González Hernández e do José Manuel Fernandes, da Rita Sardica e do Lewis Siegelbaum. Dos amigos estrangeiros, tenho de destacar Gabriel Gorodetsky, o qual, após ter conhecimento de estar eu doente, se propôs vir a Lisboa para tocar, diante dos convidados que eu reunisse em minha casa, o Trio *op.* 114 de Brahms. Com medo de à última hora me sentir mal, recusei. Perante a negativa, mandou-me uma *pen* com a gravação desta peça musical. Bastou-me ouvi-lo, feliz, a tocar o seu novo clarinete para me virem lágrimas aos olhos.

No Verão de 2014, foi-me diagnosticado um cancro. Os tratamentos fizeram que a publicação desta obra tivesse de ser adiada. Ironicamente, o facto de sentir que tinha de continuar a sua redacção contribuiu para que lutasse com mais energia pela sobrevivência. Mas não foi apenas o livro que me obrigou a não desesperar. O amor da família mais próxima foi essencial. Sempre com o mesmo ar calmo, o António veio comigo a todas as sessões de quimioterapia. Julgo que, se adormeceu durante alguns dos intermináveis tratamentos a que fui sujeita, o fez para me sossegar e não porque a leitura do *The Economist*, que costumava levar para o hospital, fosse maçadora. Mal soube da minha doença, a minha filha Sofia decidiu que iria pedir uma licença sem vencimento para vir tratar de mim, coisa de que a dissuadi a tempo, o que já não consegui no que respeita a uma máquina sofisticadíssima que me ofereceu para eu fazer sumo de beterraba. Além de ter tratado das burocracias que acompanham este tipo de doenças, o meu filho Filipe manteve o seu habitual sentido de humor. Sabendo que me cansava facilmente, os meus netos, a Rita, a Joana e o Miguel, visitaram-me a intervalos espaçados. Foram as únicas visitas que recebi ao longo de um ano.

Os dias estão sombrios e é fácil entregarmo-nos às delícias da auto-flagelação. Não é popular dizê-lo, mas a minha geração devia orgulhar-se do que fez. Não custa imaginar que o desaparecimento de um Império, o fim de um regime autocrático e a existência de um partido comunista, cujo estalinismo era único na Europa democrática, pudessem ter conduzido a tumultos mais graves. Hoje, ainda há corrupção, mas não mais do que nalguns países europeus; ainda há desigualdades sociais, mas nada que se compare às dos anos 1960; há partidos descredibilizados, mas não temos polícia política, nem censura, nem deportamos gente para o Tarrafal. As Universidades são más, mas não piores do que aquela que frequentei. O analfabetismo desapareceu e a taxa da mortalidade infantil colocou-nos num lugar de que nos podemos orgulhar. Portugal mudou e mudou para melhor.

Muito poderia ter sido feito de forma mais justa e mais eficiente, mas isso não nos deve levar a menosprezar o que conseguimos, de que há a destacar o Serviço Nacional de Saúde, que salvou da morte a minha neta Joana, que acompanhou a minha mãe até aos últimos dias e que agora se ocupa de mim. É importante lembrar isto num momento em que tudo parece ruir. Ao imaginar que posso não viver muitos mais anos, quero acreditar que o futuro não será menos doce só porque parti. Os meus filhos e netos ficarão por cá, guardiões, segundo espero, dos valores em que acredito e nos quais foram criados. O futuro é deles. E é por consideração por eles que, embora existam razões, não me entrego aos deleites do pessimismo.

Lisboa, 19 de Agosto de 2015

## O MEU PAÍS, PORTUGAL

Quando nasci, a Europa estava em guerra, mas Portugal não. Quando atingi a idade da razão, a Europa desenvolvia-se, mas nós não. Quando percebi o que era a política, a Europa votava, mas nós não. Não me foi difícil concluir que «lá fora» era melhor do que «cá dentro». Nem o Prof. Salazar, nem a distância, nem os controlos alfandegários conseguiram impedir que, acompanhada de cerca de um milhão de portugueses, também eu partisse.

Começo pelo princípio. Nasci num dia frio de Janeiro de 1943, na Rua Joaquim António de Aguiar, em Lisboa. A doçura da cena doméstica não conseguia esconder a guerra que, lá longe, destruía milhões de inocentes. Entre tragédias que a minha família não conseguia imaginar, a guerra arrastava-se. A SS determinava que, nos campos de concentração de Treblinka, Majdanek, Belzec e Sobibor, deveriam ser mortos, por dia, 60 mil prisioneiros, a maior parte dos quais judeus. Em Auschwitz, a capacidade dos fornos crematórios fora aumentada sete vezes.

No dia em que nasci tiveram lugar episódios importantes. No salão de festas da Chancelaria do Reich, Hitler festejava o décimo aniversário da subida ao poder. Pela primeira vez em pleno dia, os aviões da RAF bombardearam Berlim. O general

Von Paulus rendia-se em Estalinegrado a um oficial do Exército Vermelho. Hitler proibira-o de o fazer – «O 6.º Exército manterá as suas posições até ao último homem» – mas o Feldmarschall desobedecera-lhe. Entre o frio e a fome, o moral das tropas alemãs esboroara-se. No Norte de África, a fim de dar tempo ao Eixo para que pudesse fortificar as costas da França, da Itália e da Grécia, Rommel resistia. No Cairo, automóveis blindados transportavam tropas britânicas para a Tunísia. Em Londres, os soldados norte-americanos festejavam o aniversário de Roosevelt.

Em Portugal, a vida seguia a sua rotina. Em São Bento, Salazar trabalhava com o Ministro da Economia. Uma portaria fixara os quadros de vencimentos do pessoal da CP. Preparava-se o 13.º aniversário da entronização do Cardeal Patriarca. O Subsecretário de Estado das Corporações determinara que a indústria de metalurgia do ouro e da prata fosse considerada de laboração contínua. Após Roosevelt e Churchill terem analisado a hipótese de requisitarem os Açores como base para os aviões que atravessavam o Atlântico, Salazar estudava o plano a aplicar. Num país sem possibilidade de importar alimentos, o mercado negro crescia. A gasolina escasseava: alguns veículos circulavam movidos a gasogénio. Pelas ruas, ouviam-se pregões.

Lisboa adquirira um inédito ar cosmopolita. No Casino do Estoril podia dançar-se até de madrugada ao som da orquestra Toselli; no Palace do Estoril, espreitar-se Alekhine aperfeiçoando uma variante à abertura siciliana; no Hotel Avis, entrever Calouste Gulbenkian. O Portugal neutral era um dos poucos países em que se podia sintonizar a Rádio Roma, a BBC, A Alemanha Fala e Aqui América. As saias subiam, chegavam cigarros, o aeroporto recebia espões ilustres. As mulheres pintavam o cabelo com um novo produto, A Ninfa do Mondego. Os trabalhos do II Conselho Nacional da Liga dos Homens da Acção Católica tinham-se iniciado. Por encargo do senhor Dom Duarte Nuno, o rei sem trono, Azevedo Coutinho anunciava a celebração, na Igreja de



São Domingos, de uma missa de pesar pelo assassinato, 35 anos antes, do rei D. Carlos e do Príncipe Real. As obras no relógio da Rua Augusta estavam em vias de terminar.

A presença de pobres nas ruas era tão frequente que quase se tornara invisível. Até nos bairros modernos, como o meu, havia crianças de mão estendida. Lembro-me de histórias de raparigas que haviam cortado e vendido o cabelo para conseguir dinheiro para comer, de pais que se suicidavam para que a família pudesse receber um seguro de vida, de mães que roubavam para alimentar os filhos<sup>1</sup>.

Os meus pais deveriam estar a pensar em coisas mais alegres quando, a 23 de Fevereiro, me levaram à 7.<sup>a</sup> Conservatória do Registo Civil. Seguiu-se o baptizado, na Igreja de São Mamede, acolitado pelo avô paterno e pela avó materna. Diante dos presentes que os meus padrinhos me deram, Estalinegrado deve ter parecido aos meus pais um episódio sem importância. Aos três anos, entrava num colégio de freiras para aprender a fazer trabalhos e a ler, escrever e contar: por esta ordem. Nos manuais do Ensino Primário, pouco se mencionava a Europa. Havia Portugal, um país que se estendia, segundo a ideologia oficial, do Minho a Timor. Foi olhando o mapa da sala de aula, no qual a Metrópole surgia unida às colónias, que «descobri» ter a Europa uma dimensão menor do que o Portugal imperial. Entre os sete e os onze anos, pensei que fora uma sorte ter nascido em tão grande país.

Não vale a pena recuar até à tomada de Lisboa aos Mouros durante a Segunda Cruzada, para termos consciência de que Portugal está, sempre esteve, integrado na Europa. Os que o negam ou que o não sentem têm um duro caminho diante de si. A importância estratégica do porto de Lisboa era de há muito reconhecida. Durante séculos, Portugal foi a porta de entrada

---

<sup>1</sup> Sobre os anos do após-guerra na Europa, ver o livro de T. Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, Londres, William Heinemann, 2005.

das especiarias e das ideias vindas dos quatro cantos do mundo. Muito tempo depois, terminado o período máximo da autarcia salazarista e acabada a Segunda Grande Guerra, Portugal entrava na NATO. Dez anos depois, em 1959, Salazar autorizava outra ligeira abertura ao exterior: Portugal foi um dos membros fundadores da EFTA, facto que teria repercussões positivas na economia nacional. As exportações para os países da EFTA aumentaram 140%, tendo o produto industrial português crescido de modo significativo<sup>2</sup>. O país não tinha credenciais democráticas, mas os Aliados preferiram esquecer esse facto<sup>3</sup>. Eu tinha seis anos, pelo que tudo isto me passou ao lado.

Para as pessoas da minha geração, o termo «pátria» está de tal forma contaminado pela ideologia salazarista que tive de consultar o *Dicionário Houaiss* a fim de saber exactamente o que significa: «País em que se nasce e ao qual se pertence como cidadão.» Até aqui, tudo era claro. O problema surge quando se olha a outra definição: «Lugar considerado como o melhor.» Sem dúvida que a minha pátria é Portugal, mas daí não conluo, longe disso, que seja o melhor país do mundo. Até porque, sobre Portugal, jamais se poderia escrever o que considero o mais conseguido texto patriótico do século XX, «The Lion and the Unicorn», de George Orwell. A possibilidade de sentir amor pela terra onde nasci, baseada na ideia de pertencer a uma nação que lutou pelas liberdades, foi-me roubada. Em Portugal, neste capítulo – e ele é o mais importante – não há muito de que me possa orgulhar.

O meu país – a sua língua, os seus hábitos, os seus valores – penetrou na minha alma quando eu era tenrinha. No entanto,

---

<sup>2</sup> A. Nogueira Leite, «Associação Europeia de Comércio Livre (AECL), Portugal e a», bem como J. Nunes, «Associação Europeia de Comércio Livre (AECL)», in A. Barreto e M. F. Mónica, *Dicionário de História de Portugal / Suplemento*, Porto, Figueirinhas, 1999, vol. VII.

<sup>3</sup> Malyn Newitt, *Portugal in European and World History*, Londres, Reaktion Books, 2009, pp. 11-17.

mesmo que Portugal fosse diferente, mais liberal e mais culto, suspeito de que seria pouco dada a amores pelo bocado de terra onde nascera. No *Portrait of the Artist as a Young Man*, James Joyce relata uma conversa de Stephen Dedalus com um amigo obcecado pelo tradicionalismo. Este pretendia convencê-lo de que a pátria deveria vir antes de tudo. Eis o que Stephen lhe responde: «Neste país, quando a alma de um homem nasce fica logo metida em redes que o impedem de voar. Falas-me de nacionalidade, de linguagem, de religião. Mas, não obstante as redes que sinto à minha volta, eu quero voar.»<sup>4</sup> Era isto que sentia durante a minha juventude.

Não sei como reagiram a isto os meus contemporâneos. A variação deve ter sido a nota dominante. Para a maioria, o mundo reduzia-se ao local onde tinham nascido. No meu caso, apenas existia Lisboa, a vila piscatória de Cascais e uma aldeia, perto de Tomar, onde, em casa dos meus avós paternos, costumava passar as férias grandes. Durante o ano, movia-me entre a Rua Rodrigo da Fonseca e a Rua Garrett. Não lia jornais, nem ouvia rádio. Se, aos doze anos, me tivessem perguntado qual era a minha nacionalidade responderia, apenas por ser isso que constava do Bilhete de Identidade, ser portuguesa. Mas o facto não tinha qualquer significado. Apesar de viver num país de emigração tradicional, tinha poucos familiares que se tivessem radicado em África, no Brasil ou em França. Mesmo quando, na década de 1960, os camponeses começaram a ir «a salto» para Paris, o fenómeno pouco afectou a minha família. A certa altura, um tio, cirurgião, decidiu ir para Angola, enquanto outro voltava do Brasil, mas nunca deles ouvi qualquer relato sobre o que se passava na colónia de África ou na ex-colónia da América do Sul. Suponho que por ter lido num jornal qualquer coisa sobre a

---

<sup>4</sup> *The Essential James Joyce*, London, Granada, 1977, p. 327. Há uma tradução portuguesa, *Retrato do Artista enquanto Jovem*, Lisboa, Difel, 1989.

guerra na Coreia ou de, à mesa, o meu pai se ter referido a este conflito, o único desenho bélico que recordo da infância é um quadro com aviões, de onde caíam, sem pára-quadras, uma dezena de homenzinhos.

Foi durante a adolescência que os meus horizontes se começaram a alargar. De repente, descobri os pobres – os portugueses e os espanhóis. Em 1956, durante uma excursão a Madrid com duas freiras e uma dúzia de colegas, observei uma tal miséria que saí de lá confrangida. Nada sabendo da Guerra Civil espanhola, não entendia a razão que levava a que em Espanha existissem ainda mais pobres do que em Portugal. Quando, dois anos depois, o meu pai nos disse que tencionava ir, com a família, passar as férias a Torremolinos, uma estância balnear que se viria a tornar famosa, fiquei contente. Mas o pesadelo da miséria voltou a aparecer. Como íamos de carro e como o meu pai tinha negócios a tratar no trajecto, parámos em muitas aldeias. Mal estacionávamos, éramos assaltados por mulheres, vestidas de negro, berrando coisas incompreensíveis. Afinal a Península Ibérica era um lugar horrendo. O meu pai – que gostava de ler Camões – falava-me do Império Português, mas eu queria lá saber do que tinha acontecido no século XVI, quando o Reino Lusitano era «quase cume da cabeça/ de Europa toda...»<sup>5</sup>

Foi por esta altura que, através dos livros, conheci o mundo. Não li o que o meu pai me recomendava – *A Volta ao Mundo em 80 dias*, de Jules Verne – mas *As Aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain. Começava uma maratona que nunca me abandonou. Num Verão, li quase toda a obra de Oscar Wilde, noutro a de Stendhal e, noutro ainda, a de Tolstoi. Entretanto, a minha família comprara uma televisão, na qual, além de um telejornal que pouco me interessava, vi a série Bonanza, de que gostava tanto quanto a minha irmã Isabel. Teria 15 anos quando descobri que

---

<sup>5</sup> *Os Lusíadas*, Canto III, 20.

não eram os Estados Unidos – num continente que, por ser longínquo, não tinha existência real – que me despertavam interesse, mas a Europa e sobretudo a França: queria pentear-me, mover-me e vestir-me como a Brigitte Bardot. O facto de em Portugal ser proibido usar biquínis semelhantes aos da actriz francesa serviu para confirmar que o meu país não me convinha. Olhando as revistas francesas que a minha mãe comprava, percebi que, longe de onde eu vivia – não era por acaso que íamos frequentemente ao Paris em Lisboa na Rua Garrett – havia cidades sofisticadas.

No último ano do colégio decidi que afinal desejava frequentar a Faculdade, uma perspectiva que não havia sido encarada nem por mim, nem muito menos pelos meus pais, interessados em que eu fizesse um «bom» casamento em vez de andar com o cérebro metido em calhamaços. Optei por Economia, um curso que rapidamente troquei por Filosofia. Mas a Faculdade de Letras desiludiu-me. Ainda teria de passar algum tempo antes de obter o que queria. Veio, primeiro, Londres, e, mais tarde, Oxford. Antes desta segunda estadia, passei férias em várias cidades europeias. Em Novembro de 1967, deixava Lisboa com o meu primeiro marido. Como o Carlos era comissário de bordo, as viagens eram de graça e, na estação baixa, encontrávamos hotéis baratos. Nesse Outono, vagueámos pela Europa. Em Paris, fiz compras; em Roma, fui tida como uma actriz de cinema; em Florença, deambulei pela cidade; em Atenas, adormeci, ao pôr-do-sol, sobre o lajedo do Parténon. Infelizmente, a felicidade foi de curta duração.

Antes de o mês terminar, voltei a um emprego que odiava, à rotina doméstica que me aborrecia e a um curso de Filosofia que prosseguia sem saber o motivo. Gradualmente, fui-me apercebendo de que não pertencia àquela Lisboa, policiada e plácida, mas ao mundo que entrevira nas fugazes visitas que empreendera. Um arménio, Calouste Gulbenkian, salvou-me a vida. Em 1971, depois de ter obtido uma bolsa de estudo da FCG, fui admitida

na Universidade de Oxford. Disso, falarei noutro capítulo. Por ora, prefiro dar um salto no tempo.

Numa madrugada de Abril de 1974, os militares, envolvidos numa guerra em África, revoltaram-se contra os políticos. Estando, na altura, em Lisboa, a fazer a investigação para a minha tese de doutoramento, assisti ao que se passou. Foram dias em que tudo nos pareceu possível. Após cem anos de obsessão com as colónias africanas e de nostalgia por uma suposta vocação marítima, Portugal lançou-se, mais uma vez, na discussão sobre a «identidade nacional». Feita pelas elites, a adesão à CEE pôs-lhe um ponto final, embora muitos, entre os quais, à esquerda, José Saramago, e, à direita, Franco Nogueira, continuassem a exprimir dúvidas sobre a opção europeia. Os dinheiros que começaram a vir de Bruxelas contribuíram para minar os projectos africanistas, o que não quer dizer que o país tenha deixado de olhar a Europa como sempre o fizera: com um misto de admiração e de inveja<sup>6</sup>.

Mas o que é a Europa? Georges Steiner definiu-a com base em vários eixos: a existência de cafés; a paisagem à escala humana; as ruas e praças ostentando nomes de estadistas, cientistas, artistas e escritores; a descendência dupla de Atenas e de Jerusalém; a apreensão de um fim, «daquele famoso ocaso hegeliano que ensombra a ideia e a substância da Europa mesmo nas suas horas mais luminosas». Para ele, o génio da Europa era aquilo a que William Blake chamara «a santidade do pormenor diminuto», isto é, as diversidades linguística, cultural e social, em contraste com a monotonia que se estenderia da Nova Jérsia às montanhas da Califórnia<sup>7</sup>.

Muitos outros tentaram definir a Europa. Do ponto de vista geográfico, trata-se de uma península mal definida da Eurásia,

---

<sup>6</sup> Vale a pena ler o artigo que Mário Mesquita publicou, em Junho de 1984, intitulado «Por cima dos Pirenéus», incluído em *Regra da Instabilidade*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987, pp. 226-8.

<sup>7</sup> G. Steiner, *A Ideia da Europa*, Lisboa, Gradiva, 2004.

cujas fronteiras se situam, a leste, nos montes Urais e, a oeste, no arquipélago dos Açores. Pequito Rebelo disse, um dia, que «Portugal é mediterrâneo por natureza, atlântico por posição»<sup>8</sup>. Não sei se a frase ainda é verdadeira, mas sei que no século XV, quando as frotas dos nossos avós, esses «nómadas ardentes», como lhes chamou Cesário, se lançaram ao mar, o era. A nossa posição geográfica levou a que, durante séculos, os portugueses tivessem de escolher entre o Oceano Atlântico e o isolamento. O dilema só desapareceu no momento em que as auto-estradas, financiadas pelos fundos europeus, e o tráfego aéreo, facilitado pelas companhias *low cost*, deram aos portugueses a possibilidade de ir a Paris, a Londres ou a Berlim por umas dezenas de euros. De qualquer forma, é preferível definir a Europa de acordo com a história e a política, não com a geografia<sup>9</sup>. Muitos definem a Europa como a área que fica a ocidente da Rússia, o que não é pacífico<sup>10</sup>. Em primeiro lugar, e na medida em que existe uma tradição europeia, esta estende-se aos seus transplantes transoceânicos; em segundo, na Europa surgiu uma variedade de nações políticas, com características linguísticas, legais e administrativas diversas.

Quando, na Primavera de 1985, ouvi, através da televisão, a notícia da conclusão das negociações entre Portugal e a CEE, fiquei radiante. Senti que a adesão só me traria vantagens: poderia visitar as universidades estrangeiras sem medo de que me julgassem uma bárbara, entrar nos aeroportos pela fila dos privilegiados e, se me apetecesse, residir na Europa. Em 1986, graças, em grande medida, a Mário Soares e a alguns exilados políticos com juízo na cabeça, Portugal tornou-se membro de pleno direito da

---

<sup>8</sup> Citada por Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1963 (2.<sup>a</sup> edição).

<sup>9</sup> R. Conquest, *Reflections on a Ravaged Century*, London, John Murray, 1999, pp. 253-4.

<sup>10</sup> N. Davies, *Europe: East and West*, Londres, Pimlico, 2007 e, do mesmo autor, *A History of Europe*, Oxford, Oxford University Press, 1996.

CEE. O clube a que tínhamos aderido era rico e, mais importante, ostentava pergaminhos democráticos. A boleia, pensei, ajudaria o regime português a consolidar-se. Era, além disso, uma oportunidade para o país se modernizar.

Em 1987, por desejar saber como a adesão estava a ser encarada no terreno, decidi entrevistar os maiores industriais portugueses<sup>11</sup>. Com o preço do dólar e o do petróleo a descer e Bruxelas a distribuir dinheiro a rodos, o futuro parecia-lhes risonho<sup>12</sup>. Sabendo que estava a falar com os empresários mais activos, preparados e abertos, pressionei-os sobre a sua visão do futuro. Para minha surpresa, todos, ou para ser rigorosa, quase todos, encaravam sem receio o impacto da concorrência. Apesar de lhes ter pedido para reflectirem sobre o que poderia acontecer nos sectores mais frágeis da economia, tinham dificuldade em pensar para lá dos muros da própria empresa. O caso mais complicado era evidentemente o da indústria têxtil, empregando, à época, 200 mil operários, mas estes patrões – os únicos que, suponho por se considerarem toscos, não me deixaram transcrever as entrevistas – tinham uma visão de curto prazo. Para eles, o futuro era a continuação, em melhor e maior, do presente. Passadas a crise política de 1974-75 e a depressão económica de 1980-85, imaginavam que iriam conseguir exportar cada vez mais tecidos e cada vez mais confecções. Quanto ao investimento estrangeiro espantou-me a maneira, fatalista, como a encaravam. Perdidas as colónias africanas, era da CEE, disseram-me, que viria a salvação.

Mas não eram apenas os donos de fábricas que andavam satisfeitos com a chegada do dinheiro de Bruxelas. Também os agricultores, sobretudo os maiores, olhavam a Europa com bons olhos, sem se inquietarem se aquela roda-viva que os fazia arrancar

---

<sup>11</sup> Maria Filomena Mónica, *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1990.

<sup>12</sup> Em 1989, o FMI declarou Portugal um «país industrializado», um rótulo que evidentemente agradou a toda a gente.



umas culturas e plantar outras, poderia, mais tarde, voltar-se contra eles. Enquanto o pau ia e vinha, folgariam as costas. Ri-me com as aventuras de um amigo que deixara de ter carneiros nas suas terras da Beira Baixa, tendo passado a plantar sobreiros e depois videiras. Como nada percebo da matéria, optei por acreditar que era a isto que se chamava «a modernização» da agricultura. Mas as dúvidas persistiram.

Talvez algumas coisas não corressem tão bem quanto desejava, mas uma aventura houve que me deu prazer: atravessar as fronteiras terrestres sem me sentir uma intrusa. Em 1994, decidi ultrapassar, sem passaporte, a linha geográfica atravessada «a salto» pelos camponeses a quem a miséria e a guerra colonial deram coragem para contornar a interdição oficial<sup>13</sup>. Escolhi um dos mais bonitos locais do Barroso, a fronteira da Portela do Homem.

Entrei na Galiza sem ninguém dar por isso. A linha divisória separando os dois países ibéricos ainda ali estava, com os seus escritórios alfandegários, as suas guaritas podres e as suas marcações rodoviárias. Passei, sorrindo, pelo anacrónico STOP. Depois, cruzei outros sinais, «Frontera Portuguesa», «Xures, Paisage de Interes», «Municipio de Lovios». No regresso, fiz uma paragem em Tourém, uma espécie de dedo português em território espanhol. Um «couto misto», que gozou durante séculos da condição de não ser português nem espanhol, pagava imposto aos dois países, o que lhe dava o privilégio de os jovens ficarem isentos do serviço militar. A este propósito, lembrei-me de uma história que E. J. Hobsbawm relata num dos seus livros. Nos finais do século XIX, uma camponesa da Itália do Sul, ao ver chegar um sargento, virara-se para o filho e gritara-lhe: «Foge, meu filho, que vem aí a Pátria». Em Tourém, os contactos com a pátria eram deste tipo. Longe de tudo e de todos, eram os aldeões quem

---

<sup>13</sup> O regime salazarista não autorizava a saída para o estrangeiro de homens com idade de poderem ser recrutados para o combate em África.

mandava, sendo eles próprios, em determinadas épocas, a eleger os juízes. A situação, no que dizia respeito à administração clerical, também era peculiar. Os padres vinham de Braga, mas a aldeia pertencia à diocese espanhola de Orense. Quando, no século XIX, os estados ibéricos decidiram acabar com este tipo de «anomalias», os habitantes declararam, em referendo oral, que preferiam ser portugueses.

Trata-se de uma aldeia com tudo aquilo que é preciso – casas de colmo, velhotas a fiar, capelinhas românticas – para agradar aos turistas. Numa casa de granito, com carantonhas medievais no topo das quatro colunas, um velhote falou-me da sua vida. O rumo que as coisas haviam tomado deixara-o insatisfeito. Nos campos, não se arranjava quem trabalhasse. Após o encerramento da fronteira, o seu único filho, empregado da Guarda Fiscal, virou-se sem trabalho, tendo de ir viver para Matosinhos. Enquanto o camponês me falava com o típico vagar rural, notei a presença de instrumentos de lavoura – charruas, sachos, roçadeiras – que pareciam saídos da Idade do Bronze. Cá fora, três mulheres olhavam-me. Sentada no degrau, uma velha, velhíssima, falava a uma mulher que arrastava um miúdo pela mão. Perguntou-me se não lhe queria comprar um par de meias. De longe, a velha berrou: «São dez notas». Tricotadas com a lã local, as meias arranhariam os pés mais calejados, mas, condoída, decidi comprá-las. Só então, reparando nos seus olhos sem expressão, percebi sofrer a mulher de doença mental. Para disfarçar, perguntei à criança quantos anos tinha: «Seis». Perante o meu ar, a avó disse-me que ninguém sabia.

Antes de deixar a aldeia, reparei num edital, afixado na Junta de Freguesia, com os resultados das últimas eleições europeias (as de 1994): PS-59 votos; PSD-34; CDS-2; PT-1. Não só era estranho pensar que estes camponeses se tinham dado à maçada de ir votar para o Parlamento Europeu, como o era o facto de a esquerda ter ganho mais votos do que a direita. Talvez isto fosse

explicável pelo facto de a agricultura ter piorado, de as indústrias nunca ali terem chegado, de a vida local ter estiolado. Longe iam os tempos dos rebanhos, longe os tempos dos despiques entre os poetas populares, longe os tempos do contrabando. Se a aldeia sobrevivia, era porque alguns dos seus filhos tinham regressado de França com um pecúlio. Diante do principal café da terra, significativamente chamado Bar Paris, estava estacionado um BMW com matrícula francesa. Em termos absolutos, a pobreza desta gente não terá aumentado, mas o progresso do litoral, para não falar do verificado no estrangeiro, escandalizava-os. Os resultados eleitorais exprimiam a raiva de quem se sente abandonado. Ainda fui até Montalegre, uma vila dominada por um castelo com torre de menagem. Os trabalhos rurais prosseguiam ali como há séculos, mas quem empunhava os sachos, quem apanhava os frutos, quem regava a terra eram mulheres. Léon Poincard, o sociólogo francês que, no princípio do século XX publicou duas monografias sobre Portugal, afirmou que, no Barroso, vigorava uma rígida estrutura patriarcal. Pelos vistos, as coisas tinham mudado.

Dirigi-me, em seguida, a Vilar de Perdizes. Pesado, austero, negro, o Paço, um dos raros solares locais, enquadrava-se bem na paisagem. O último morgado, um miguelista ferrenho, acabaria por se radicar em Lisboa, dedicando mais tempo à política do que às terras. Apesar das aparências, estes camponeses não são gente pacífica, como o prova o seu comportamento durante as guerras da Restauração e, depois, aquando das invasões napoleónicas: contaram-me, no café, que os soldados de Soult haviam sido embebedados pelos aldeões, os quais os tinham deitado a um poço que ainda hoje se chama «dos franceses».

Uma coisa era ter um passaporte de cor diferente, outra sentir-me parte de um novo conjunto de pessoas. Como sucedeu a tantos outros, a noção de que pertencia à Europa teve lugar quando, em 1978, fui aos Estados Unidos, ou seja, antes de Portugal ter

entrado na CEE. Tendo acabado o doutoramento, convencera-me de que talvez fosse boa ideia emigrar para a Pátria da Felicidade. Antes de tomar uma decisão, quis ver como era aquele país. Naturalmente, escolhi a Costa Leste, tendo feito um plano minucioso do que desejava ver em Nova Iorque e em Boston. A estadia teve uma vantagem: a de perceber que os Estados Unidos não eram para mim. Os mendigos do Bronx horrorizaram-me, o optimismo do homem comum confrangeu-me, os restaurantes à beira das auto-estradas deprimiram-me. As viagens seguintes, centradas em New Hampshire, foram pouco esclarecedoras. Fechada em colóquios académicos, não tive tempo para observar o país. Ou antes, só encontrei intelectuais, o que não é uma boa forma de se ficar a conhecer um local. Além disso, vi em acção o politicamente correcto, com o seu pressuposto de que, sobretudo, há uma maneira «certa» e uma maneira «errada» de pensar. Depois de séculos do que nós designávamos como ideologia dominante, supostamente a dos ricos, nascera, à esquerda, uma corrente ideológica primária.

A ideia de que o meu país é uma pátria antiga é anacrónica. Só com a divulgação dos ideais nacionalistas na segunda metade de Oitocentos as fronteiras passaram a ter significado. Uma das polémicas mais interessantes teve lugar, nas páginas da imprensa, entre Alexandre Herculano e António Pedro Lopes de Mendonça. A 18 de Abril de 1853, no periódico *O Português*, Herculano atacava os iberistas. Preocupavam-no os efeitos que as linhas férreas, os IP do século XIX, poderiam ter na identidade nacional. Sendo Portugal um país pequeno, argumentava, a construção de uma via-férrea, ligando o país a Espanha, significava o aniquilamento nacional. Lopes de Mendonça respondeu-lhe lembrando que os caminhos-de-ferro não só transportavam mercadorias, úteis ao desenvolvimento do País, como traziam as ideias que circulavam no centro da Europa. Segundo ele, o que Herculano desejava era «comprar a nossa nacionalidade à custa da nossa civilização».

A História consagrou Herculano, mas a minha simpatia vai para o seu adversário<sup>14</sup>.

Na sua obra *Portugal na Balança da Europa*, Garrett debruçara-se sobre a relação entre, por um lado, as potências da Santa Aliança, reunidas no Congresso que, em 1815, tivera lugar em Viena e, por outro, as aspirações dos povos à liberdade. Insurgia-se, em particular, contra a opinião dos que argumentavam não estar a nação portuguesa preparada para se livrar do absolutismo: «Somos poucos e pequenos; mas nem só para as grandes nações criou Deus a liberdade.»<sup>15</sup> Para ele, a Europa era o nosso destino; como o era para o rei D. Pedro V. Não admira que tenha sido dele a voz mais influente a defender a construção de uma linha do caminho-de-ferro que, através da Espanha, nos unisse aos outros países europeus<sup>16</sup>.

Caso as vias-férreas conseguissem ultrapassar os Pirenéus, teríamos acesso à cultura europeia. Eis como Eça de Queiroz nos fala do tempo em que viveu em Coimbra, onde frequentou a Universidade: «Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico e Proudhon; e Hugo, tornado poeta e justiceiro dos reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como o Universo; e Poe, e Heine, e creio que já Darwin, e quantos outros!» Com os livros, vinham os ideais: «E ao mesmo tempo nos chegavam, por cima dos Pirenéus moralmente arrasados, largos entusiasmos europeus que logo adoptávamos como nossos e próprios: o culto de Garibaldi e da Itália redimida, a

---

<sup>14</sup> Não se pense que era apenas Herculano quem, na Europa, se opunha à construção do caminho-de-ferro. Veja-se o que dizia Wellington sobre o assunto. Um dia, era ele Primeiro-Ministro, alguém o interrogou sobre o mérito dos comboios. Enfadado, respondeu que aquelas máquinas apenas «iriam permitir às classes trabalhadoras moverem-se de um lado para o outro sem qualquer necessidade».

<sup>15</sup> Ver *Portugal na Balança da Europa*, em *Obras de Almeida Garrett*, Porto, Lello, vol. 1, s/d., pp. 795-942 (artigos escritos entre 1825 e 1830, em Londres).

<sup>16</sup> Maria Filomena Mónica, *D. Pedro V*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 225-228.

violenta compaixão pela Polónia retalhada, o amor à Irlanda, a verde Erin, a esmeralda céltica, mãe de santos e dos bardos, pisada pelo Saxónio!»<sup>17</sup>

Com o chamado Fontismo, Portugal entrou na Idade Moderna. Em vez de isto levantar um coro de louvores, conduziu à geração mais crítica da nossa História. A classe média, que agora podia viajar e receber o que de fora vinha, passou a olhar o país com desprezo<sup>18</sup>. Imaginaram-se diversas formas, entre as quais o iberismo, que supostamente seriam capazes de arrancar Portugal do torpor em que jazia. A ideia da unidade das nações ibéricas tinha raiz não só na proximidade dos reinos mas numa suposta unidade cultural, uma vez que durante a Idade Média as elites tinham falado em simultâneo português e castelhano<sup>19</sup>. A separação apenas se acentuou no século XVII, quando as alianças internacionais colocaram Portugal do lado dos britânicos e Castela e Aragão do lado dos franceses.

No princípio da década de 1860, a reacção nacionalista começou a organizar-se. Foi então que nasceu o culto do «Primeiro de Dezembro» (de 1640), que Tomás Ribeiro publicou o ridículo poema «D. Jaime» e que a padeira de Aljubarrota se tornou um mito nacional. Apesar de, nalguns círculos, o espanhol ter passado a ser visto como o inimigo, o iberismo não morrera. Segundo alguns intelectuais, o Estado espanhol desmembrar-se-ia, passando Portugal a fazer parte de uma federação de povos. Foi então que Antero de Quental publicou o opúsculo *Portugal*

---

<sup>17</sup> *In Memoriam* (a Antero de Quental), Porto, 1896, p. 485.

<sup>18</sup> Muitos foram os intelectuais que escreveram sobre as suas viagens. Cito apenas os mais importantes. Ramalho Ortigão, *Em Paris* (1868), *John Bull* (1887), *A Holanda* (1883) e *Pela Terra Alheia* (1916); de Oliveira Martins, *A Inglaterra de Hoje* (1892); as crónicas, dos anos 1880 e 1890, de Jaime Batalha Reis para os jornais *O Repórter* e *Gazeta de Notícias*, recolhidas em livro por Maria José Marinho, em *Jaime Batalha Reis/Revista Inglesa*, Dom Quixote/BN, 1988.

<sup>19</sup> Sobre as relações entre Portugal e Espanha, ver J. M. Sardica, *Ibéria, A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX*, Aletheia, 2013.

*perante a Revolução de Espanha*, ao qual o pobre Guilherme Braga respondeu com *Ecoss de Aljubarrota*.

Em 1868, em Espanha, a Rainha Isabel II fora obrigada a abdicar, o que levou Antero de Quental a imaginar, com razão, que, a curto prazo, o regime que se instalaria no país vizinho seria uma República. A 11 de Fevereiro de 1873, a I República era aprovada pelo Parlamento. Apenas durou uns meses – até finais de 1874 – antes de o país voltar ao regime monárquico. Foi então que Antero defendeu a constituição de uma Federação Ibérica. Hoje isto causa estranheza, mas temos de nos lembrar de que o opúsculo foi redigido na altura da unificação da Itália e da Alemanha, tendo ele pensado ser Portugal um «membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península Ibérica». E acrescentava: «Portugal é uma nação enferma e do pior género de enfermidade, o langor, o enfraquecimento gradual que, sem febre, sem delírio, consome tanto mais seguramente quanto se não vê órgão especialmente atacado, nem se atina com o nome da misteriosa doença.» Aos 29 anos, Antero tinha sangue na guelra.

Na primeira Conferência do Casino, que teve lugar a 22 de Maio de 1871, Antero apontava os objectivos do empreendimento. Segundo ele, Portugal encontrava-se «sequestrado», sendo por isso imperativo libertá-lo do jugo sob o qual jazia<sup>20</sup>. Seguiu-se a sua palestra mais célebre, «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares»<sup>21</sup>. Segundo ele, Portugal estava num estado calamitoso: «Assim, enquanto outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao último grau

---

<sup>20</sup> Como notou Rui Ramos, o objectivo era deliberadamente ambíguo. Ver R. Ramos, «A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)», *Análise Social*, 116-7, 1992.

<sup>21</sup> A conferência foi editada no Porto nesse ano e depois incluída em *Prosas*, II, Coimbra, 1926. Pode também ser consultada em J. Serrão, *Prosas Socio-Políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982, pp. 255-296.

de desenvolvimento e aplicação.» Na realidade, o que tornou o panfleto famoso não foi tanto a sua originalidade, mas a beleza da sua prosa. As ideias apresentadas por Antero faziam parte da cultura «iluminada» que, desde cem anos antes, era dominante nos círculos cosmopolitas<sup>22</sup>.

João de Andrade Corvo, um homem esquecido, não concordava com Antero. Já em 1870 publicara um opúsculo sobre o papel das pequenas nações na Europa intitulado *Perigos*. Apesar de ter saudado a Revolução espanhola de 1868, via nela um perigo para Portugal. Um defensor da aliança com a Inglaterra, foi dos primeiros a aperceber-se das vantagens geo-estratégicas que Portugal poderia retirar da sua posição entre o Atlântico e a América: «A posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o Estado da Europa cujas relações mais proveitosas podem ser à república americana. (...) Portugal é para a América do Norte a fronteira da Europa, como para a Grã-Bretanha a fronteira do Continente.»<sup>23</sup>

Também Eça de Queiroz se distanciava de Antero no que diz respeito à relação de Portugal com a Espanha, tendo-se mantido próximo das ideias de Andrade Corvo. Como todos os jovens da sua classe social e da sua geração, fora influenciado pela França. Eis como descreve, rindo-se, o seu tempo de estudante em Coimbra: «Começámos logo a amar a Humanidade, como há pouco, no ultra-romantismo, se amara Elvira, vestida de cassa branca ao luar.»<sup>24</sup> Relativamente à Espanha, a sua hostilidade surge, com nitidez, em dois projectos, ambos abortados: um conto, *A Batalha do Caia*, que ameaçou escrever em 1878, e um outro, inédito à data da sua morte, intitulado *A Catástrofe*. Na ficção, é

---

<sup>22</sup> Ver E. Lourenço, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp. 36-7 e pp. 50-4.

<sup>23</sup> J. Andrade Corvo, *Perigos*, 1870, pp. 159-160.

<sup>24</sup> «Antero de Quental», *Obras de Eça de Queiroz, op. cit.*, vol. 2, p. 1542.